



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Política Social e Serviço Social

### Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

#### CRISE DO CAPITAL, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS LIMITES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ATUALIDADE

PRICILLA APARECIDA RAMOS DA SILVA<sup>1</sup>

THAMIRIS PEREIRA MARCO DE REZENDE<sup>2</sup>

#### RESUMO

A população em situação de rua é uma das expressões da questão social que denuncia as consequências dos processos reprodutivos do capital na obsessão por gerar mais valor. Fato que impulsiona mudanças na organização do trabalho, intensifica a desigualdade social e a ineficácia das políticas públicas. Não se vê superação dessas mazelas no capitalismo, pois sua reprodução não ocorre sem destruição.

**Palavras chaves:** Capital; Crise; População em Situação de Rua; Assistência Social;

#### ABSTRACT

La población en situación de calle es una de las expresiones de la cuestión social que denuncia las consecuencias de los procesos reproductivos del capital en la obsesión por generar más valor. Hecho que impulsa mudanza en la organización del trabajo, intensifica la desigualdad social y la ineficacia de las políticas públicas. No se ver superación de estos males en el capitalismo, ya que su reproducción no se ocurre sin destrucción.

**Palabras clave:** Capital; Crisis; Población de Calle; Asistencia Social;

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca de forma breve relacionar o atual crescimento da população em situação de rua com o desenvolvimento de tecnologias poupadoras da força de trabalho e a emergência do neoliberalismo no contexto da crise do capital. São reflexões sobre a especificidade do desenvolvimento das novas tecnologias na atualidade e suas consequências sobre o crescimento da população relativa, no contexto da crise estrutural do capital; sobre as relações que se estabeleceram entre a crise do capital e a emergência do neoliberalismo. Tendo como base para essas reflexões a experiência profissional de uma das autoras em um serviço de acolhimento para população em situação de rua no município de Juiz de Fora- MG.

O texto abordará as discussões referentes aos sujeitos sociais que estão em situação de rua e os serviços da política de assistência social que buscam garantir direitos de cidadania, mas que, em seu bojo, não preveem ou não possibilitam a superação das violações de direitos com vistas à emancipação humana. A execução dos serviços e programas mediados pelo terceiro setor, os impactos dessa forma de gestão e execução nas vidas dos sujeitos que formam uma massa de excedentes populacionais, que não encontra lugar nem ocupação na esfera produtiva capitalista.

Nesse sentido, iniciará com a discussão sobre o modo de produção capitalista e seus impactos nas relações sociais e suas contradições na produção da riqueza com o desenvolvimento de novas tecnologias. Em meio essa dinâmica, onde se alarga as desigualdades sociais, abordaremos o envolvimento do Serviço Social que é convocado como uma das profissões fundamentais para mediar as consequências dessas contradições geradas pelo sistema que são adensadas pelo neoliberalismo. Assim, chegaremos nos limites da assistência social para gerir a desigualdade social, veremos que no município de Juiz de Fora/MG quem assume a execução da maioria dos serviços da assistência é o “terceiro setor”. Ainda será pontuado o crescimento da População em Situação de Rua no município a partir da pandemia/2019 que demandou abertura de novos serviços emergenciais para atender a população.

### 1. O processo de produção capitalista

O modo de produção capitalista sempre esteve pautado na exploração do trabalho com a finalidade de ampliar a valorização do valor. Nesse processo, vem transformando as relações da sociedade de forma contraditória, pois o aumento da produtividade possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico não tem sido posto a serviço da emancipação da humanidade. Os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

processos de racionalização do trabalho que gradativamente tem eliminado o trabalho humano da esfera da produção vêm produzindo desemprego estrutural. Este é um dos principais fatores que fomenta a desigualdade da sociedade. Nesse fluxo, uma massa crescente de pessoas desempregadas, sem ocupação e sem lugar, eclode em todo o mundo.

Essas pessoas ficam à deriva, dependentes da efetivação de políticas sociais que possam assegurar uma proteção básica, mas principalmente de ações menos burocráticas como as ações de benevolência da sociedade civil, mesmo sendo uma obrigação do Estado garantir acesso aos direitos humanos à toda população. Para cumprir essa demanda determinada pela Constituição Federal de 1988 - CF88, o Serviço Social é uma das profissões convocada a trabalhar na garantia de direitos e proteção social para os cidadãos, inclusive a população em situação de rua que apesar de descartada não está fora da sociedade e deve ter acesso aos seus direitos.

Para melhor compreendermos a relação do Serviço Social e as consequências trazidas pelas contradições do sistema capitalista, agravadas, principalmente, a partir da era do neoliberalismo, buscamos analisar as crises do capitalismo e suas reestruturações. As expressões da questão social, principal objeto de trabalho do Serviço Social, se faz muito presente nesse processo, e mostra de forma bem clara suas diversas refrações.

O liberalismo foi o modelo econômico que vigorou, nos países centrais, antes do neoliberalismo. Este modelo foi marcado pelos trinta anos gloriosos (1940-1970) e apoiou-se nas bases Taylorista e Fordista de organização do trabalho sob a liderança do capital industrial: “(...) do liberalismo econômico, constitui-se num movimento intitulado de “retorno à ortodoxia”, que deu origem às teses monetaristas neoliberais que passaram a nortear as políticas econômicas (...)” (TAVARES, 2002, p.12). A estratégia taylorista e fordista de organização do processo produtivo implicava na produção em série e em massa, para o consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, o trabalho parcelar, fragmentado e a constituição da figura do “operário massa”: “O estado buscava canalizar o fundo público, tanto para o financiamento do capital quanto para a reprodução da força de trabalho” (...) para atingir as metas desejadas era necessária uma plena expansão do emprego, utilizando-se então das ideias keynesianas (IAMAMOTO, 2010, p.29).

Neste cenário, o papel do Estado foi viabilizar salários indiretos por meio de políticas sociais públicas, passando então a fortalecer e investir na área de serviços sociais: “Esse acordo entre Estado, empresariado e sindicatos envolveu uma ampliação das funções do Estado no campo das políticas públicas, que passaram a dispor de ampla abrangência, permitindo que fosse



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

liberada parcela da renda familiar para o consumo” (IAMAMOTO, 2010 p.30). Por esses motivos esse período ficou conhecido como o estado de bem estar social ou Welfare State.

A crise desse padrão eclodiu em meados da década de 1970, quando a economia apresentou sinais de estagnação. Estabeleceu-se, então, a necessidade de um novo modelo econômico de organização do trabalho vinculada às novas tecnologias que se desenvolviam, e que prometiam atender às novas exigências de valorização dos capitais. Este novo modelo de produção ficou conhecido como Toyotismo, que caracterizava-se por apresentar formas flexíveis de produção em oposição à rigidez da esteira fordista. Esse modelo faz parte do ajuste neoliberal. No final da década de 1970 e início de 1980, os economistas e ideólogos políticos deram uma nova característica ao ideário liberal, criando assim o neoliberalismo.

O neoliberalismo é o Estado que visa o máximo para o capital e o mínimo para o social, que dá origem a uma nova pobreza. “denominado de neoliberal que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente uma nova pobreza.” Verifica-se então que o ajuste neoliberal não é apenas uma mudança econômica e política, é também uma mudança nas relações sociais. “Nesse sentido, o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações sociais.” (TAVARES, 2002 pg.12)

Com a nova pobreza, com o mínimo para o social, as políticas sociais passam a ser focalizadas, com grande seletividade. “As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas”. Presenciam-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do “enxugamento do Estado” em suas responsabilidades sociais. (IAMAMOTO, 2010 pg.36)

A nova pobreza demonstra a questão social e suas refrações de forma bem nítida. O terceiro setor representa a materialização do projeto neoliberal e sua desresponsabilização de âmbito estatal às refrações da questão social, provocando transformações consideráveis para a sustentação ocupacional do Serviço Social. De acordo com Carlos Montaña (2011):

As políticas sociais universais, não-contratualistas e constitutivas de direito de cidadania são acusadas pelos neoliberais de propiciar o esvaziamento de fundos públicos, “mal aplicados” em atividades burocratizadas, sem retorno e que estendem a cobertura a toda a população indiscriminadamente (p. 2).

O Serviço Social é uma profissão histórica, que sofreu influências do contexto político, econômico e social de cada época. Com isso a sua institucionalização, é determinada pelo contexto do capitalismo monopolista, que pela figura do Estado os assistentes sociais são profissionais chamados para responder às expressões da questão social via execução das



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

políticas sociais. A profissão é inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, na sociedade capitalista. Assim seu fazer profissional se dá no contexto da contradição e de lutas das classes (capitalistas e trabalhadores). Nesse espaço sócio-ocupacional o assistente social participa do processo de reprodução das relações sociais, fazendo com que a mesma ação interventiva atenda aos interesses das duas classes sociais. As mudanças no mundo do trabalho com a consolidação dos ideais neoliberais têm refletido no Serviço Social, condicionando novas relações de trabalho e redução dos seus espaços de atuação, resultado da precarização das políticas públicas.

Carlos Montañó (2011), descreve que o termo “terceiro setor” representa uma construção intelectual, sem materialização. Assim é caracterizado com o termo “denominação ideológica”. O que realmente existe são as ONGs, OSCs, associações, entre outras instituições sem fins lucrativos. São novos espaços de atuação profissional que estão surgindo, como entidades não governamentais, o terceiro setor, resultado da transferência de responsabilidades do Estado, quanto em espaços diversos, resultado de novas demandas impostas pela complexa questão social. Como demonstra Iamamoto (2002):

Nesse cenário, a questão social e as ameaças dela decorrentes assumem um caráter essencialmente político, cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade. A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre consentimento e rebeldia, o que certamente encontra-se na base da tendência de ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social na última década. Ela é indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe – acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais –, às quais não estão imunes às políticas sociais públicas (p. 2).

De acordo com Iamamoto (2002), uma pesquisa realizada no Brasil pelo CRESS, mostra que o terceiro setor é o terceiro maior empregador de assistentes sociais; o vínculo empregatício de contratos temporários ou precários está cada vez maior no país. É também o terceiro setor que mais tem assumido a responsabilidade de gerir os serviços da assistência social com um apoio parcial do governo.

### **Terceiro Setor, Serviço Social e a População em Situação de Rua**

Na década de 1960, no mundo ocidental, ocorreu uma expansão de organizações oriundas da iniciativa dos diversos espaços de que se compõem a sociedade. Que se caracterizam pela adoção de uma lógica de funcionamento que vai além daquelas em uso nas organizações formais. Estas organizações vêm se distinguindo como nova estratégia para prestar serviços, promover o desenvolvimento econômico, impedir a degradação ambiental e defender os direitos civis e os direitos sociais. Essas organizações também, vêm atuando na produção dos serviços



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sociais e na execução de políticas sociais. Possuem ao mesmo tempo funções políticas, sociais e econômicas e se apresentam sob a pluralidade de formas jurídicas e de nomenclaturas. Elas são convencionalmente chamadas de organizações sem fins lucrativos, terceiro setor, economia social, economia solidária, além de um sem-número, com outras denominações, que sequer chega a ser formalizado.

O ideário neoliberal e o afastamento do Estado de sua responsabilidade social fazem uma cisão no atendimento à população e, assim entra em cena o “Terceiro Setor”, com ele também se deslocam frentes de trabalho para o assistente social, fazendo com que seja extremamente necessário entender melhor.

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre o terceiro setor como espaço de valores ligados a formas integradoras de sociabilidade, do voluntariado, da autonomia em relação ao Estado, ao mercado e às religiões e sua atuação na esfera pública. Este setor se constitui num campo marcado por uma diversidade de atores e formas de organização.

Para compreender um pouco mais sobre a denominação do “terceiro Setor” é importante identificar os outros setores: o Estado vem como “primeiro setor”; o Mercado, vem como “segundo setor”; e a sociedade civil, como “terceiro setor”. Assim coloca o social como responsabilidade da sociedade civil, tomando-a de maneira despolitizada, deseconomizada e desistoricizada, ou seja, esvaziando-a de seu conteúdo de lutas de classes. Como demonstram Montaño e Duriguetto (2011):

Assim, o que os autores chamam de “terceiro setor”, nem é terceiro, nem é setor. Na verdade, deve ser interpretado como **ações** que expressam **funções** a partir de **valores**. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores solidariedade local, voluntariado, auto responsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços, típico dos Estados de “Bem estar” (p.306).

O Terceiro Setor passa a ser compreendido como a articulação entre ambos os setores, público e privado, seria a atividade pública desenvolvida pelo setor privado, ou então, seria a superação da equiparação entre público e o Estado público não estatal e a publicização. Assim, o Terceiro Setor está ligado ao conceito da Filantropia, definem-se suas organizações como: privadas fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã; sem fins lucrativos; autogovernadas, ONG's, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias, Instituições de caridade e religiosas; associação voluntária; Atividades pontuais e informais. De acordo com Montaño (2011):

Entendo que o termo “Terceiro Setor” representa uma construção intelectual, sem



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

materialização do real. Por isso, caracterizou o termo como uma “denominação ideológica”. O que verdadeiramente existe são as ONGs, as associações, as instituições, fundações, entidades, relações sociais que integram e participam da sociedade civil. O que efetivamente existe são ações de solidariedade individual ou local, de filantropia etc, desenvolvidas por estes atores. Porém, não num determinado “setor” diferente e autônomo, e sim numa esfera da realidade social que é a sociedade civil (p.1).

Com a desresponsabilização do Estado e a influência da mídia percebe-se que são transmitidas para a sociedade a mensagem de ser solidário e fazer sua parte de ajudar com o social. E as empresas se mostram cada vez mais responsáveis e solidárias e comprometidas, mais isso é uma roupagem que as encobre, pois ganham isenção e benefícios do Governo. Assim como dizem Montaño e Duriguetto (2011):

Dessa forma, o que é chamado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, fere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautada nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, do voluntariado, da auto responsabilização e individualização da ajuda (p. 307).

No Brasil, nos anos noventa, o terceiro setor adquire maior visibilidade na mídia e no espaço político. A partir de então passa a ganhar expressão a discussão sobre a regulamentação do setor, que passou a ser denominada de marco legal do terceiro setor. Assim, surge a lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada com o decreto n.º 3100, de 30 de junho de 1999. Esta lei qualifica as organizações do Terceiro Setor, como parte da sociedade civil e do interesse público. Ela não revogou as qualificações de utilidade pública (lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935) e de fins filantrópicos (Decreto n.º 2.536, de 6 de abril de 1998). Mas as organizações que optarem pela certificação como organizações da sociedade civil de interesse público, conforme preconiza a lei, devem também optar por uma das regulamentações. É importante destacar, igualmente, que está em vigor a Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário.

Estas e outras informações sobre o marco legal do terceiro setor, podem ser encontradas na homepage do RITS – rede de informações do terceiro setor. Deve-se ressaltar, no entanto, que a expressão terceiro setor é, ainda, pouco utilizada no Brasil. Por outro lado, o termo tem sido alvo de conceituações e interpretações distintas. Há uma certa dificuldade em identificar e conceituar o que é terceiro setor.

O que parece comum na conceituação dos diferentes autores, de maneira mais usual, é que o terceiro setor trata de todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de atender o interesse público. É chamado de terceiro setor porque o Estado seria o primeiro setor, enquanto as organizações do mercado seriam o segundo setor. Assim, entre o Estado e o mercado existe um universo de organizações sem fins lucrativos, que se dedicam a ações sociais variadas de sentido público, perseguindo, portanto, fins de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

interesse geral.

Na cena contemporânea, estas organizações agrupam três subconjuntos principais que são: as organizações dos tipos beneficentes, filantrópicas ou assistenciais; as ONGs, criadas dentro do ideário de promoção de cidadania e democracia e as fundações e institutos doadores de recursos, dedicados ao investimento social. Por serem organizações sem fins lucrativos não podem, por determinação legal de constituição, distribuir lucros decorrentes das suas atividades entre os seus diretores e associados. Elas também são autogovernadas, não governamentais, adotando formas plurais de trabalho e utilizam um número significativo de voluntários

O projeto neoliberal adentrou no "Terceiro Setor" como uma resposta à carência deixada pelo Estado no atendimento às políticas básicas, assim de uma forma paliativa e pontual a população que recebe esse atendimento, mesmo que esse seja de baixa qualidade e não solucione os problemas em longo prazo. Outro caráter desse atendimento é o critério cada vez menos universal e mais seletivo, descaracterizando o sentido do direito. De acordo com Santos (2012):

Nos países onde existiam políticas sociais como previdência social, saúde e educação, o desmonte agravou as condições sociais levando à desestruturação das políticas sociais. A população empobrecida acabou entregue aos programas financiados por recursos internacionais e pelos serviços prestados pelas ONGs (Organizações Não Governamentais), instituições filantrópicas, dentre outras (p 4).

Com isso novos espaços de atuação profissional do assistente social começaram a surgir, tanto como entidades não-governamentais ou chamados terceiro setor, resultado da transferência de responsabilidades do Estado, quanto em espaços diversos, resultado de novas demandas impostas pela complexa questão social. Como mostra Santos (2012):

A assistência social no Brasil carrega as marcas da nossa cultura política, fincada em ações caritativas, filantrópicas, de troca de favor e clientelismo, com isso vem sendo prestada como um dever moral por meio de ações emergenciais, pontuais e fragmentadas, assumidas por entidades religiosas e/ou instituições assistenciais privadas. Mesmo colocada na Constituição 1988, como direito, a assistência enfrenta uma série de desafios para sua consolidação conforme preconiza sua legislação (p.7).

O Serviço Social é uma profissão histórica, que sofreu influências do contexto político, econômico e social de cada época. Com isso a sua institucionalização, é determinada pelo contexto do capitalismo monopolista, que pela figura do Estado os assistentes sociais são profissionais chamados para responder às expressões da questão social via execução das políticas sociais. Como fala Iamamoto (2011):

(...) O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo parâmetros de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

“racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista (p 83).

A profissão de Serviço Social é inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, na sociedade capitalista. Assim seu fazer profissional se dá no contexto da contradição e de lutas das classes (capitalistas e trabalhadores). Nesse espaço sócio-ocupacional o assistente social participa do processo de reprodução das relações sociais, fazendo com que a mesma ação interventiva atenda aos interesses das duas classes sociais.

De acordo com lamamoto (2011) entende-se que o assistente social como trabalhador especializado, o qual vende sua força de trabalho para seu empregador em troca de um salário, fazendo com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor.

As mudanças no mundo do trabalho com a consolidação dos ideais neoliberais têm refletido no Serviço Social, condicionando novas relações de trabalho e redução dos seus espaços de atuação, resultado da precarização das políticas públicas. De acordo com lamamoto (2002):

Pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social, com base em dados em 2004 (CFESS, 2005), consta que no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal (...) Assim, o assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominante na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), segundo do “Terceiro Setor”, com 6,81% (englobando (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”) (p 5).

A relevância em falar sobre a realidade do Serviço Social se dá por ser uma das profissões que trabalha diretamente com as mazelas do capitalismo e, para se ter claro que ela também sofre os impactos da contradição do sistema vigente e vive o dilema de defender os interesses das classes antagônicas.

Posto isso, o objetivo deste estudo é investigar a gestão e as ações realizadas na defesa da efetivação dos direitos determinados pela Constituição de 1988-CF e pela Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPR para esse segmento da sociedade.

A proteção social para esse público se dá a partir da estruturação de uma rede de serviços para acolhimento dessas pessoas e, a partir de então, oferecer um trabalho técnico para a análise das demandas dos usuário, com orientação individual e grupal, encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Promover acolhida; escuta; realizar estudo social; diagnóstico socioeconômico; buscar informação, comunicação em defesa de direitos; referência e contra referência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

serviços locais. A articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

A Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo. (PNPR, 2009).

Podemos observar que o perfil da população em situação de rua é muito diversificado, assim como os motivos que as levam a essa condição. A própria Política aponta que esses perfis são pessoas com rompimento de vínculo familiar, desempregadas que não conseguem manter o aluguel, uso abusivo de substâncias psicoativas, imigrantes, trecheiros, pessoas com saúde mental comprometida, vendedores ambulantes entre outros. Em relação às situações tem aqueles que permanecem na rua o dia para o trabalho na rua como os ambulantes, flanelinhas, tem os estão em situação de rua temporária, mas com o passar do tempo pode se tornar morador de rua.

Em algumas situações são pessoas vindas de outros Estados, que acreditavam na possibilidade de conquistar uma oportunidade de trabalho; por conflitos familiares, muitas vezes associados a algum tipo de dependência às substâncias psicoativas, para que a família tenha rejeitado a convivência e excluído do ambiente familiar, “carregam um conteúdo afetivo, esse tema traz à tona rupturas, decepções, sentimento de abandono” (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p.89). À medida que chegam às ruas não assumem de imediato estar nas ruas declararam estar desempregados, à medida que o tempo vai passando essas pessoas vão perdendo a expectativa de novas oportunidades, e assumem seu pertencimento aos logradouros públicos, onde muitas vezes fazem uso de substâncias psicoativas, se prostituem, entre outros, para sobreviver na invisibilidade social. (FLORÊNCIO, DELLACRUCI E QUINTANA, 2017,p.86).

A população em situação de rua, sem dúvida, é produzida pela contradição capital/trabalho e tem se multiplicado de forma acelerada principalmente em momentos de recessão do capital. Historicamente as ações desenvolvidas para esse segmento se voltavam para higienização dos centros urbanos de forma repressiva e violenta. Mas com o passar dos anos aparentemente esse trato tem mudado e a população está mais consciente do lugar que o ocupa e de seus direitos, porém nenhum movimento apresenta intenções definitivas de mudar a realidade dessas pessoas. As práticas sempre caminham com indícios de manutenção da “barbárie”.

Trazendo a reflexão para realidade da cidade de Juiz de Fora, é possível apontar quais



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

são as instituições que estão a frente da gestão dos serviços para as pessoas em situação de rua e a diferença ao atendimento a esse público no contexto pandêmico podendo correlacionar com práticas higienistas.

A Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), é pioneira na gestão dos serviços da Assistência Social de Juiz de Fora e por muitos anos monopolizou a gerências dos equipamentos e serviços, mas passa por um declínio nas últimas décadas. No que tange às unidades de acolhimento para pessoas em situação de rua no município hoje a assistência trabalha com duas OSCs, AMAC e ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais com abrigos que atendem a população 24 horas. existem outros serviços atendem essa população com suporte a alimentação, higiene pessoal entre outras necessidades básicas e este estudo pretende mapear esses serviços.

A porta de entrada para os equipamentos e serviços para as pessoas em situação de rua é o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, onde se concentra o cadastro dessas pessoas com identificação de idade, cor, escolaridade, nacionalidade, naturalidade entre outros dados pretendidos na pesquisa. É a partir desse cadastro também que os profissionais devidamente qualificados vão encaminhar o demandatário para os serviços disponíveis no município de acordo com o perfil de cada um.

A pandemia causada pelo SARS-CoV-2 disseminada mundialmente no anos de 2020, trouxe desafios para os serviços que atendem a população em situação de rua, uma vez que a determinação dada pela ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE foi limitar a aglomeração de pessoas pelas ruas, fechar todos os estabelecimentos para evitar a transmissão do vírus. Foi um momento em que a população em escala mundial acatou a determinação, pois o número diário de mortos foi desesperador. Mas e a população que vive nas ruas para onde ir naquele momento? Foi necessário revisar de imediato toda metodologia de trabalho para atender as demandas dessas pessoas; que antes já enfrentavam uma série de dificuldades na luta pela sobrevivência. Logo, a redução da circulação em aglomerados nas cidades afetou vários segmentos do comércio, principalmente o dos sobreviventes da rua que vendem balas, catam materiais recicláveis que recebem doações.

No primeiro ano da pandemia, 2020, um dos obstáculos iniciais encontrados - por mais prosaica que a questão possa parecer- foi o de garantir a higienização correta das mãos (ação tida como indispensável pela OMS), uma vez que as pessoas em situação de rua circulam pelas cidades, descansam em bancos ou calçadas e, obviamente, não encontram acesso a lugares onde possam realizar esta ação. Assim, tendo contato físico com lugares públicos, dinheiro, reciclados ou outros objetos manuseados por várias pessoas, as mãos vão aos olhos ou à boca para alimentação. Outro fator complicador que se deu com relação ao distanciamento social, uma vez que esses indivíduos mantêm suas subsistência nos espaços urbanos onde podem solicitar e receber doações em dinheiro de transeuntes, realizar pequenos trabalhos informais ou trabalhar com reciclagem. Como se sabe, a sobrevivência nas ruas está profundamente inserida no quadro mais amplo da convivência



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

social e da rotina das cidades. O esvaziamento da rotina urbana colocou, para este público, dificuldades efetivas de sobrevivência elementar (ARBIA, TEODORO, SATO E CORTEZ, 2021, 8-9).

Uma série de medidas emergenciais foram necessárias na tentativa de combater e/ou minimizar a disseminação do vírus até que a OMS encontrasse um antídoto. Foi um momento que o serviço para a população em situação de rua aumentou em Juiz de Fora, vários serviços provisórios foram abertos com o objetivo de tirar esses contingentes de circulação. O interessante é que antes da pandemia o município trabalhava com uma estimativa de 200 vagas para acolhimento adulto com o funcionamento das 17:00 às 07:00, com os protocolos de segurança determinados pela Organização Mundial de Saúde, além da abertura de novas unidades os serviços passaram a atender 24hs e assim permanecem até o momento e todos esses serviços são geridos pelas Organizações da Sociedade Civil - OSCs. Recentemente a prefeitura do município vem assumindo de forma gradativa a gerência do Centro POP com a contratação de funcionários concursados, o mesmo acontece com os CRAS, mas é outro ponto que será esclarecido ao longo da pesquisa.

Antes da pandemia, a rede socioassistencial do município contava com 200 vagas de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua. Essas vagas eram destinadas ao serviço de Casa de Passagem, com atendimento de 17h às 7h do dia seguinte, e de abrigo, com atendimento 24 horas. A partir do Decreto Municipal 13.893, de 13/03/2020 (JUIZ DE FORA, 2020), as vagas foram revistas e um dos serviços de acolhimento (Casa de Passagem para Homens) desmembrado, uma vez que o Decreto proibia a permanência de 100 pessoas em um mesmo espaço durante a pandemia. Estava posta, também, a necessidade de garantir proteção integral aos idosos que frequentavam o serviço de acolhimento institucional apenas no período de 17h às 7h, tendo em vista integrarem o perfil de risco. A partir disso, alguns subgrupos que compõem a população em situação de rua foram isolados e separados em espaços de acolhimento de menor capacidade. Como explicitado acima, a unidade de atendimento Casa de Passagem para Homens foi desmembrada em mais dois equipamentos: o *Acolhimento Emergencial Jardim Esperança* (situado na região Sudeste da cidade), com capacidade para receber 30 usuários, e *Acolhimento Emergencial Santa Luzia* (na Zona Sul da cidade), com capacidade de atendimento de 25 usuários. A *Casa de Passagem para Homens* (localizada na Zona Leste da cidade), reduziu sua capacidade de atendimento a 50 pessoas. Além destes, a abertura da Casa CEM (*Acolhimento Emergencial Adra*) com capacidade para acolhimento (misto) de 50 usuários. Mantiveram suas atividades equipamentos previamente existentes, como a Casa de Passagem para Mulheres, Transexuais e Famílias em Trânsito (localizada na região central da cidade) e a Casa da Cidadania (localizada na região Noroeste), ambos com capacidade para 50 usuários cada. Assim, ainda que com o desmembramento da unidade de atendimento Casa de Passagem para Homens, o município conta, em média, com 250 vagas para o atendimento – na modalidade de acolhimento – da população em situação de rua, número ainda abaixo da demanda que, em dados aproximativos, pode alcançar cerca de 1.494 pessoas. Esta estimativa parte de dados organizados pela Secretaria de Assistência Social, através da Subsecretaria de Vigilância e Monitoramento, a partir dos relatórios de atendimento dos serviços socioassistenciais existentes no município para a população em situação de rua. (ARBIA, TEODORO, SATO E CORTEZ, 2021, 10-11).

A citação acima, deixa evidente que os equipamentos e serviços destinados à população em situação de rua sempre foram insuficiente antes da pandemia atendia pouco mais que 10% da

demanda existente com a pandemia as vagas aumentaram, mas é provável que a demanda também tenha se multiplicado levando em consideração o número de estabelecimentos que tiveram que fechar as portas e automaticamente alimenta a massa de desempregados e empobrecidos.

### **Considerações finais:**

As transformações econômicas, políticas, sociais e legais, ocorridas ao longo dos últimos vinte anos (e principalmente com o neoliberalismo), determinaram novas diretrizes que trouxeram a necessidade de reordenamento da estrutura funcional e organizacional dessas instituições. Em decorrência, há a necessidade de ferramentas e instrumentos de gestão institucional específica ao terceiro setor. Fundamentos teóricos e metodológicos da gestão pública e/ou da gestão empresarial podem contribuir para a construção da gestão do terceiro setor, mas sem a simples transferência e adaptação de conceitos e paradigmas.

Assim com o contexto do ajuste neoliberal traz a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma nova pobreza. As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas. Presenciam-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do “enxugamento do Estado” em suas responsabilidades sociais; e a separação entre público e privado fica claro para a sociedade (patrimônio público sendo cada vez mais privatizado).

De acordo com Carlos Montaño (2002), o terceiro setor representa a materialização do projeto neoliberal e sua desresponsabilização de âmbito estatal às refrações da questão social, provocando transformações consideráveis para a sustentação ocupacional do Serviço Social.

O Serviço Social é uma profissão histórica, que sofreu influências do contexto político, econômico e social de cada época. Com isso a sua institucionalização, é determinada pelo contexto do capitalismo monopolista, que pela figura do Estado os assistentes sociais são profissionais chamados para responder às expressões da questão social via execução das políticas sociais.

A profissão de Serviço Social é inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, na sociedade capitalista. Assim seu fazer profissional se dá no contexto da contradição e de lutas das classes (capitalistas e trabalhadores). Nesse espaço sócio-ocupacional o assistente social participa do processo de reprodução das relações sociais, fazendo com que a mesma ação interventiva atenda aos interesses das duas classes sociais.

As mudanças no mundo do trabalho com a consolidação dos ideais neoliberais têm



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

refletido no Serviço Social, condicionando novas relações de trabalho e redução dos seus espaços de atuação, resultado da precarização das políticas públicas.

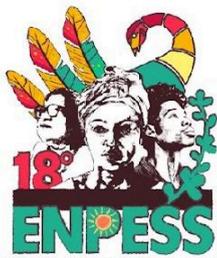
Os novos espaços de atuação profissional estão surgindo, tanto como entidades não governamentais ou chamados terceiro setor, resultado da transferência de responsabilidades do Estado, quanto em espaços diversos, resultado de novas demandas impostas pela complexa questão social.

São contextos diferentes, com características, interesses e objetivos específicos à natureza de cada setor. Por constituírem organizações da sociedade civil que atuam com finalidade pública têm a sua especificidade de atuação. Portanto, a gestão institucional no terceiro setor ainda é um processo em construção.

A atuação de profissionais competentes, comprometidos e participativos se faz de fundamental importância, dentre eles, o assistente social. Há a necessidade da inserção profissional, nesse contexto, ocorrer de forma equilibrada e cuidadosa, crítica e construtiva, discernindo claramente a contribuição que o assistente social pode trazer para um trabalho de qualidade social no âmbito do terceiro setor.

Na trajetória das atividades o profissional de Serviço Social enfrenta, permanentemente, o desafio de lidar com as questões sociais relativas à exclusão social. Não foi de forma diferente quando se inseriu nas organizações. Neste momento, em que se vive um processo contínuo e dinâmico de reordenamento da ação e da produção do conhecimento, de busca de renovação profissional a partir de um projeto ético, mais do que nunca é necessário repensar o papel do assistente social nos espaços das diversas formas organizacionais.

Assim é fundamental pensar o processo social em curso, suas contradições e as respostas que vêm sendo dadas a suas demandas. No que se refere a muitas organizações que atuam na área social, parece que há uma elite (econômica, política) que vem delas se apossando para institucionalizar os seus valores e defender os seus interesses, com a ausência da postura crítica do Serviço Social. Destaca-se que a complexidade e os desafios da ação profissional do assistente social não está apenas na compreensão da realidade social mas, também, na forma como se dá a sua inserção nos contextos organizacionais. Essa discussão tem efeito em sua pertinência pelo fato de que as organizações formais ou não serem espaços de trabalho nos quais os assistentes sociais se inserem. Embora se deva levar em conta as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura das organizações, é muito importante lembrar, quando afirma que hoje pode-se perceber um forte direcionamento das funções socioinstitucionais do Serviço Social, não mais para a execução de políticas sociais, mas para uma base organizacional situada na função gerencial, seja das próprias políticas sociais, seja de seus serviços ou ainda de pessoas no interior das organizações públicas, privadas e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

não-governamentais.

Neste contexto cabe ao assistente social, além das exigências da temática, por formação, contribuir no gerenciamento e desenvolvimento institucional e organizacional e na construção de uma nova lógica técnica e política. Isto será possível, a partir de uma melhor compreensão das organizações, apresentam-se elas sob que forma for. A busca deste saber se constitui, portanto, em um compromisso profissional e ético.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios**. In: INÁCIO, J.R. (Org.). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288 – 306.

Arbia, A.A, Cortez, A.M.V, Sato, M.A.A e Teodoro, M. **População em situação de rua e COVID-19: desafios e reformulações nas políticas sociais em Juiz de Fora (MG) em tempo de pandemia**. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro : J. Zahar, 2005. p.106 - 107.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Bestializados: O rio de janeiro e a república que não foi (os)**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COSTA, Ana Paula Motta; RENUCO, Adelina Baroni. **População em Situação de Rua. Relatório de Consultoria, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília-DF**, abril de 2005.]

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005**, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19 ed. - São Paulo: Cortez, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda V. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade.** In: CFESS. Atribuições privativas do (a) Assistente Social – Em Questão. Brasília/DF, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Classe Social, consciência de classe e lutas de classes.** In: Estado, Classe e Movimento Social, 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5).

MONTAÑO, Carlos. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”.** Disponível em <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)>. Acesso em 11 de fevereiro de 2015.

SANTOS, Patrícia J. **Transformações societárias, ideário Neoliberal e o Terceiro Setor:** particularidades do Estado brasileiro. Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** -2. Ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** 2 ed. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

TIENNE, Izalene. **Mulher moradora na rua – entre vivências e políticas sociais.** Ed.Alínea, 2004.

VIEIRA, M.A, BEZERRA, E. M.R e ROSA, C.M.M (orgs). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.